

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.432.762 - MS (2019/0014112-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A**
ADVOGADOS : **ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO E OUTRO(S) - RS030019**
: **JANAINE LONGHI CASTALDELLO - RS083261**
AGRAVADO : **VALDOMIRO DE MENDONCA**
ADVOGADO : **JADER EVARISTO TONELLI PEIXER E OUTRO(S) - MS008586**

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS TIDOS POR ABUSIVOS. TAXA MÉDIA DE MERCADO. LIMITAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 568 DO STJ. REVISÃO. INVIABILIDADE DE REEXAME DE PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. MORA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PARTICULARIZAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. SÚMULA Nº 284 DO STF. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

VALDOMIRO DE MENDONCA (VALDOMIRO) ajuizou ação revisional de contrato com pedido de consignação em pagamento e de antecipação de tutela contra AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. (AYMORE).

O Juízo de Piso julgou parcialmente procedentes os pedidos, declarando a ilegalidade da taxa de juros remuneratórios contratada. Fixou, ainda, os honorários advocatícios sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor da causa.

O Tribunal de origem, por sua vez, negou provimento aos apelos interpostos por ambas as partes, nos termos do acórdão assim ementado:

E M E N T A – APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO – JUROS REMUNERATÓRIOS – PERCENTUAL CONTRATADO QUE DISCREPA DA TAXA MÉDIA DIVULGADA PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL – ABUSIVIDADE – LIMITAÇÃO – CAPITALIZAÇÃO MENSAL – LEGITIMIDADE DA COBRANÇA – ENCARGO EXPRESSAMENTE PACTUADO – REPETIÇÃO/COMPENSAÇÃO DO INDÉBITO – FORMA SIMPLES – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS

DESPROVIDOS.

Os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado quando comprovada a significativa discrepância entre a taxa pactuada e a taxa de mercado para operações similares.

É lícita a capitalização de juros em periodicidade inferior à anual, quando expressamente pactuada após a vigência da Medida Provisória nº 1.963-17/2000.

A repetição/compensação do indébito é corolário da ilegalidade perpetrada pela instituição financeira, em razão da cobrança de encargos ilegais e abusivos, de sorte que apurada por simples cálculo aritmético a existência de saldo credor em favor do contratante, é devida a restituição das quantias pagas a maior, de forma simples (e-STJ, fl. 234)

Em seguida, o AYMORÉ interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, *a e c*, da CF, sustentando a violação do art. 4º do Decreto nº 22.626/33, porque seria indevida a limitação de juros efetivada no caso concreto, o que restabeleceria a mora do recorrido.

O apelo nobre não foi admitido tendo em vista a incidência das Súmulas nºs 7 do STJ e 284 do STF.

Irresignado, o AYMORÉ interpôs agravo em recurso especial impugnando a incidência dos aludidos óbices sumulares.

Houve contraminuta (e-STJ, fls. 283/289).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Como é sabido, a jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que os juros remuneratórios cobrados pelas instituições financeiras não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura), a teor do disposto na Súmula 596/STF, de forma que a abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso.

Nesse contexto, em que pesem as alegações do AYMORÉ, tendo o Tribunal de origem concluído que os juros remuneratórios concretamente praticados no contrato firmado entre as partes são abusivos quando comparados à taxa média de mercado, a pretensão recursal esbarra nos rigores contidos nas Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

De fato, esta Corte Superior vem reiteradamente entendendo ser *inviável rever a conclusão do Tribunal estadual de que os juros remuneratórios, no caso, são abusivos quando comparados à taxa média de mercado, pois demandaria reexame de provas e interpretação de cláusula contratual, providências vedadas em recurso especial (Súmulas 5 e 7/STJ)* (AgInt no AREsp 1338605/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 12/12/2018).

Além disso, também conforme bem destacado pela decisão agravada, a fundamentação recursal se mostra deficiente, pois, apesar de invocar divergência jurisprudencial, o AYMORÉ deixou de apontar os dispositivos legais que supostamente seriam objeto de divergência interpretativa.

Como é cediço, *a falta de particularização dos dispositivos de lei federal que o acórdão recorrido teria contrariado ou atribuído interpretação divergente consubstancia deficiência bastante a inviabilizar o conhecimento do apelo especial, atraindo, na espécie, a incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal* (AgRg no AREsp nº 367.979/PE, Rel. Ministro ANTÔNIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma DJe 13/11/2015).

Nestas condições, com fundamento no com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

MAJORO em 5% o valor dos honorários advocatícios anteriormente fixados, nos termos do art. 85, § 11, do NCPC, em desfavor do AYMORÉ.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator